



ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA

Doutora em Direito das Relações Sociais pela
Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
Especialista em Direito Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA).

Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela
Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.

Professora de Graduação e Pós-Graduação da
Universidade Federal do Pará (UFPA).

O DIREITO FUNDAMENTAL À REFORMA AGRÁRIA E SEUS INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO



Porto Alegre / 2014

© Rosalina Moitta Pinto da Costa

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

C837d Costa, Rosalina Moitta Pinto da

O direito fundamental à reforma agrária e seus instrumentos de concretização / Rosalina Moitta Pinto da Costa. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2014.

343 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-040-8

1. Reforma Agrária : Brasil. 2. Função Social da Propriedade. 3. Desapropriação : Brasil. I. Título.

CDU – 347.243(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3231-9321

Fax: (51) 3013-3339

E-mail: nuriafabris@terra.com.br

Site: www.livrariafabris.com.br

Sumário

1	Introdução	9
	Parte I – A reforma agrária como um direito fundamental	13
1	A propriedade agrária e a sua função social.....	14
1.1	A evolução da propriedade da terra e o surgimento da teoria da função social da propriedade	14
1.1.1	A origem da propriedade e as sociedades primitivas ..	14
1.1.2	Da propriedade familiar à propriedade individual	16
1.1.3	Tomás de Aquino e o surgimento da teoria da função social da propriedade	19
1.1.4	A revolução liberal e a concepção da propriedade como um direito absoluto.....	20
1.1.5	O pensador e jurista Leon Duguit e a teoria da função social.....	21
1.1.6	A doutrina da Igreja na elaboração da função social da propriedade.....	23
1.1.7	O Estado social e a função social da propriedade no mundo contemporâneo	25
1.2	A teoria da função social e a nova concepção de propriedade no direito brasileiro	28
2	A formação da estrutura fundiária e o processo histórico-legal da reforma agrária no Brasil.....	37
2.1	Sesmarias em Portugal.....	37
2.2	Sesmarias no Brasil	40

2.3	Regime das posses	44
2.4	Lei de terras	45
2.5	República	46
2.6	O governo João Goulart e a reforma agrária	49
2.7	A ditadura militar e o retrocesso na reforma agrária	51
2.8	A Nova República e a Constituição de 1988	56
2.9	A concentração fundiária e a relevância do estudo sobre reforma agrária	62
3	Acepções de reforma agrária.....	74
3.1	A concepção de reforma agrária conforme a experiência de cada país	74
3.2	O conceito de reforma agrária no Brasil é assente à doutrina da função social da propriedade	84
3.2.1	A teoria da função social da propriedade no Brasil.....	84
3.2.2	O conceito de reforma agrária no Brasil	89
4	Características da reforma agrária.....	97
5	Direito fundamental à reforma agrária	100
5.1	Os direitos fundamentais – fundamentalidade formal e material.....	100
5.2	A qualificação da reforma agrária como um direito fundamental.....	103

Parte II – Pressupostos e instrumentos para a

	realização da reforma agrária no Brasil	111
6	Âmbito de incidência da reforma agrária.....	112
6.1	Imóvel objeto da reforma agrária	112
6.1.1	Conceituação de imóvel rural.....	112
6.1.2	A confusão conceitual quanto aos tipos de imóvel rural	120
6.1.3	Conceitos de módulo rural, módulo fiscal, zonas típicas de módulo, fração mínima de parcelamento e módulo de exploração indefinida	121
6.1.4	O latifúndio e o minifúndio como alvo central da reforma agrária e a involução dessa política	132
6.1.5	Imóveis insuscetíveis de desapropriação	140
6.2	Beneficiários da reforma agrária.....	159
6.3	Regime jurídico dos assentados pela reforma agrária.....	161

7 Instrumentos da reforma agrária no Direito brasileiro	179
7.1 “Desapropriação agrária” – desapropriação para fins de reforma agrária	179
7.1.1 Aspectos gerais do instituto da desapropriação no Direito brasileiro	180
7.1.2 Generalidades da desapropriação agrária	185
7.1.3 O processo judicial de desapropriação agrária	187
7.1.4 Justa indenização	211
7.1.5 Indenização pela cobertura vegetal.....	222
7.1.6 Efeitos da desapropriação – Imissão definitiva no imóvel e transferência do domínio	226
7.1.7 Pagamento	229
7.2 Tributação da terra.....	232
7.2.1 Competência da União.....	232
7.2.2 Natureza extrafiscal – instrumento de desestímulo às propriedades improdutivas.....	234
7.2.3 Fato gerador: a propriedade, a posse ou o domínio útil do imóvel destinado à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial	236
7.2.4 Base de cálculo – um sistema complexo de cálculos ..	239
7.2.5 Imunidade do ITR para as pequenas glebas rurais	242
7.2.6 Isenções do ITR	242
7.2.7 Fiscalização e cobrança do ITR pelos municípios.....	243
7.3 Aspectos positivos e negativos dos instrumentos da reforma agrária	244
8 Institutos afins à reforma agrária.....	291
8.1 Terras públicas e devolutas	291
8.2 Legitimação de posse	299
8.3 Colonização.....	305
8.4 Usucapião agrária.....	309
9 Conclusão.....	321
Referências	333